

# ESTADO DA OFERTA PÚBLICA E PRIVADA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: UM MAPEAMENTO

**Danilo Kanno** – UNICAMP – [danilokanno7@gmail.com](mailto:danilokanno7@gmail.com)

**Theresa Adrião** – UNICAMP – [theadriao@gmail.com](mailto:theadriao@gmail.com)

## Introdução

Trata-se de estudo exploratório, cuja principal finalidade é gerar insights sobre a natureza de um problema e suscitar questões a serem investigadas por estudos futuros mais abrangentes; Segundo (MARLOW, 2005), intenta-se produzir descobertas que possam conduzir a potenciais generalizações e transformarem-se em hipóteses para futuras investigações. Neste caso, integrando dissertação em desenvolvimento, objetiva-se mapear a oferta educacional privada destinada à educação na fase obrigatória no município de São Paulo, tal como se encontrava em 2022.

Tem-se como hipótese que a transferência de responsabilidade para com a oferta educacional ao setor privado se configura como privatização da educação (ADRIÃO, 2018) e que se operacionaliza por meio de diferentes formas associadas ao financiamento público à oferta privada, ao aumento de matrículas em estabelecimentos particulares e à introdução de políticas de escolha parental. Segundo a autora, a primeira forma se dá por meio de contratos, convênios e outras formas de regulamentação para o subsídio público às organizações privadas; já a segunda forma se manifesta à medida que o investimento estatal é insuficiente para prover educação pública a todos e todas e /ou há interesse em expansão do mercado educacional; e, por fim, as políticas de escolha parental são ações governamentais que delegam a decisão sobre frequência à escola às famílias. Estudo de Borghi et al. (2014), sobre políticas dos municípios paulistas, identificou que as formas mais comuns de subsídios públicos para provedores privados na educação infantil eram:

- Custeio de itens de manutenção da escola: cessão de prédios, funcionários ou insumos;

- Repasse per capita: no qual o poder público subsidia a frequência de alunos gratuitamente repassando um valor por aluno matriculado; e

- Repasse de valor fixo: mecanismo pelo qual o financiamento não depende do número de matrículas abarcadas pela instituição.

Em seu estudo, Adrião (2018) menciona também as formas indiretas de financiamento público da oferta educativa privada como isenções fiscais: quando instituições – especialmente as declaradamente sem fins lucrativos – recebem isenções, por exemplo do pagamento do Imposto Territorial Urbano (IPTU) ou quando as famílias têm reembolsos de gastos com educação de parte do Imposto de Renda.

## Desenvolvimento

A escolha da capital paulista explica-se por concentrar o maior número de matrículas em escolas privadas de todo o estado. Em 2022, a capital contava com 7.297 escolas de educação básica em funcionamento, das quais 2.771 (38%) públicas e 4526 (62%) privadas. A Tabela 1 ilustra a situação de forma mais detalhada.

**Tabela 1 - Numero de escolas paulistanas em funcionamento de acordo com a dependência administrativa e forma de financiamento- 2022**

Dependência Administrativa	Detalhamento	Escolas de Ed. Básica		Matrículas em Ed. Básica	
		N	%	N	%
Públicas		2.771	37,9	1.733.839	64,4
Privadas	Com Convênio com o Poder Público	2.208	30,3	300.098	11,1
	Sem Convênio com o Poder Público	2.318	31,8	659.424	24,5

**Fonte:** Kanno, com base nos microdados do censo escolar.

Embora em maior quantidade, as escolas privadas (com ou sem convênio) têm pouco mais da metade das matrículas acumuladas pelas escolas públicas: 64,4% das matrículas totais do estado em educação básica eram públicas em 2022, ante 35,6% de

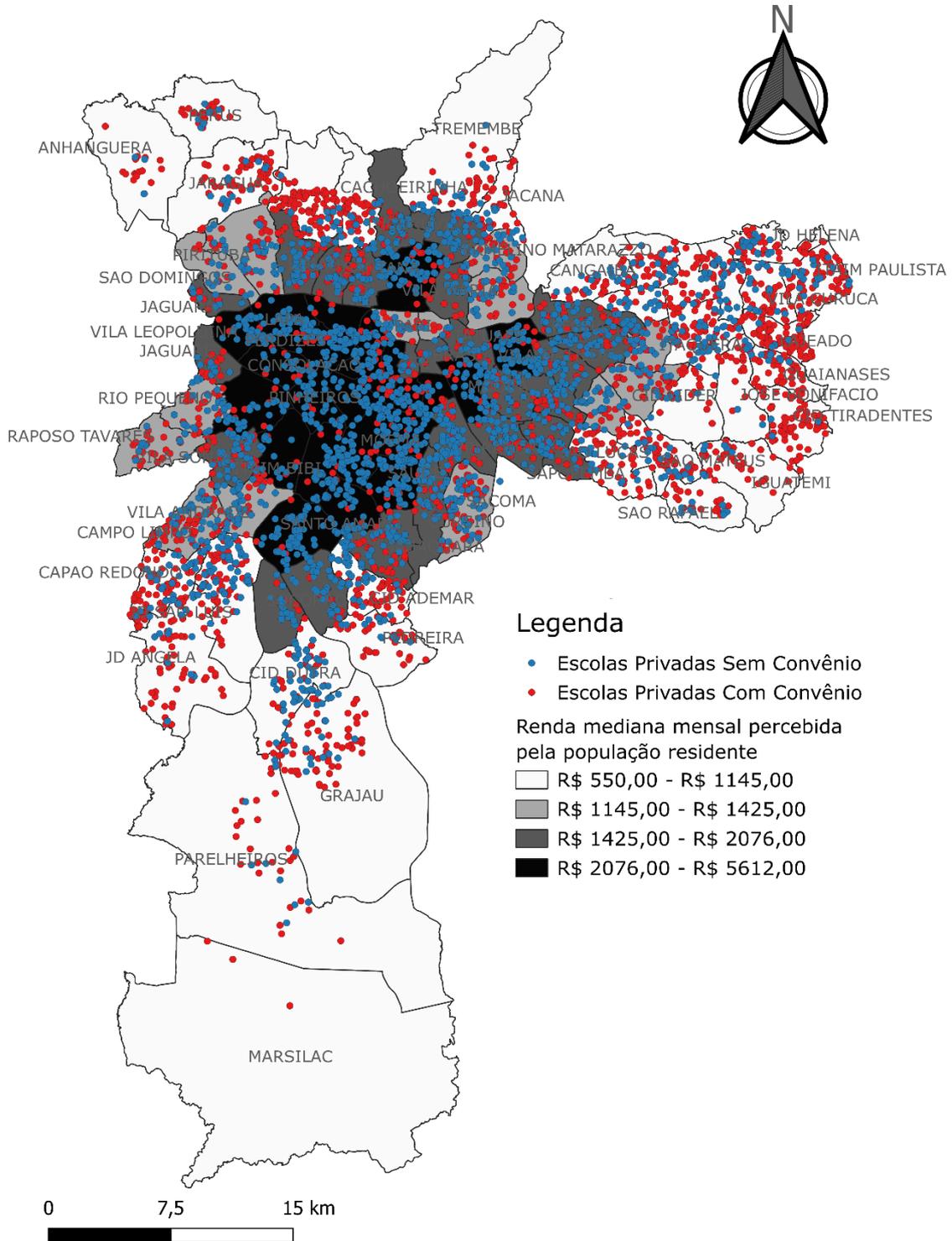
matrículas em instituições privadas, das quais 11,1% em escolas que possuem algum tipo de convênio<sup>1</sup> com o poder público e 24,5% situação que estimula a competição por fundos públicos e privados, mecanismo que tem na localização das escolas uma importante variável.

Ao analisar o georreferenciamento das escolas públicas e privadas do município de São Paulo, observa-se uma concentração significativa de instituições privadas sem convênio em distritos mais abastados, enquanto as escolas conveniadas tendem a se estabelecer predominantemente em bairros periféricos com renda mais baixa. Este fenômeno evidencia disparidade na oferta de serviços educacionais entre diferentes estratos sociais.

---

<sup>1</sup> **Convênio com o poder público:** Nos microdados do censo essa variável foi substituída por uma de nome diferente que indica a mesma informação chamada de Parceria com o poder público.

**Mapa 1 - Georreferenciamento das escolas privadas de educação básica paulistanas ativas em 2022 nos distritos por renda mediana mensal/ habitantes (2010), valores corrigidos para dezembro de 2023.**



**Fonte:** Kanno, com base nos microdados do censo escolar (2022) e do censo demográfico 2010.

Foi utilizado o software QGis para a criação do mapa, sendo os pontos (escolas) georreferenciados utilizando as ferramentas Google My Maps e Google Earth Pro em conjunto por importação de planilha com dados de endereço e nome das escolas.

Os dados de renda mediana que foram utilizados para a coloração dos polígonos (distritos da capital paulistana) foram coletados juntamente ao site do IBGE nos dados do censo demográfico de 2010 visto que os dados do censo 2022 ainda estavam em fase de processamento à época em que este texto estava em formulação. Os dados foram atualizados de acordo com a taxa de conversão indicada pela calculadora do Banco Central para dezembro de 2023. Os clusters foram divididos em quartis para dividir as faixas de renda em quatro categorias e dado que São Paulo conta com 96 distritos diferentes a divisão em quartis foi exata, sendo 24 distritos por faixa de renda.

As escolas georreferenciadas foram selecionadas nos microdados do censo escolar de 2022 filtrando por todas as escolas de educação básica (que ofertam Educação Infantil, Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio), privadas e em funcionamento para o determinado ano.

Observa-se: em distritos com coloração mais escura (maior renda) há maior concentração de pontos azuis (escolas privadas sem convênio) e aqueles com menor renda (tonalidades mais claras) concentram escolas privadas conveniadas (vermelhos).

## **Conclusão**

Apontam-se resultados iniciais sobre o status da oferta educacional privada no município de São Paulo, destacando sua distribuição desigual em relação às regiões geográficas quanto à renda dos distritos. A concentração majoritária das escolas privadas sem convênio em áreas de maior poder aquisitivo contrasta com a presença significativa das escolas conveniadas em bairros periféricos com renda mais baixa. Essa disparidade

levanta questões cruciais sobre a equidade no acesso à educação de qualidade e a privatização da educação, conforme discutido por Adrião (2018).

Além disso, a análise georreferenciada, ainda que amostral em função do recorte exigido, explicita a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a desigualdade na oferta educacional decorrente de sua privatização e reforça a relevância do preceito da oferta pública como condição para o direito humano à educação.

Como reportado por estudos anteriores, a competição por matrículas entre escolas conveniadas – visto que muitos contratos envolvem repasse por matrícula – introduz desafios, uma vez que tendem a otimizar a eficiência operacional via redução de custos, incidindo sobre a qualidade da educação oferecida.

Tal argumento reforça a importância das escolas públicas e gratuitas na garantia do direito à educação, especialmente em áreas de renda substancialmente reduzida, posto que a garantia desse direito tem como condição essencial o número suficiente de vagas nas unidades escolares. Em consonância com o trabalho de Tomasevski (2004), segundo o qual educação escolar disponível relaciona-se à garantia de educação gratuita e obrigatória para todas até no mínimo a idade para o trabalho.

## **Referências**

- ADRIÃO, T. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS, v. 18, p. 8-28, 2018**
- ADRIÃO, T., PORTELA DE OLIVEIRA, R., & MORCAZEL, M. Public, private and communitarian: New administrative categories for Brazilian schools and the dispute over the public fund in education. Education Policy Analysis Archives, 30, (128). 2022**
- BORCHI e, al. SUBSÍDIOS PÚBLICOS PARA INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. In: SILVA, Maria Vieira e MEDINA, Sarita. (Org.). Trabalho Docente e Políticas Educacionais para a educação infantil: desafios contemporâneos. 1ed.Uberlândia: EDUFU, 2014, v. 1, p. 131-149**

MARLOW, C.R. **Research methods for generalist social work.** New York: Thomson Brooks/Cole, 2005.

TOMASEVSKI, Katarina. **Manual on rights-based education: global human rights requirements made simple.** Bangkok: UNESCO. Asia Pacific Regional Bureau for Education, 2004.